

# Os indigentes da memória

Jeanne Marie Gagnebin

**Resumo** O artigo reflete sobre a importância dos rituais funerários e dos túmulos como signos da presença dos mortos na memória dos vivos. Tenta mostrar como essa exigência orienta o trabalho poético desde a *Ilíada* e como ela se repete no contexto doloroso dos *desaparecidos* da ditadura militar no Brasil, analisando notadamente dois textos recentes, entre ficção e testemunho, de Bernardo Kucinski. Por fim, pergunta-se a respeito do descaso manifestado no enterro em valas comuns de pessoas pobres, facilmente identificáveis, sem aviso às famílias que continuam, por anos, a procurar por *desaparecidos*.

**Palavras-chave** desaparecidos; túmulo; ditadura militar; Bernardo Kucinski.

**Jeanne Marie Gagnebin** é professora titular de Filosofia da PUCSP e livre-docente em Teoria Literária da Unicamp.

Qual seria a façanha de matar mais uma vez o morto?<sup>1</sup>

## Sôma/Sêma

A *Ilíada* é um texto difícil. Somente nela penetra quem, seguindo a trilha aberta por Jean-Pierre Vernant<sup>2</sup>, percebe o movimento paralelo entre as duas temáticas maiores desse poema: morrer de bela morte e celebrar ritos funerários dignos. Somente assim, o leitor contemporâneo suporta as tão longas descrições de batalhas e de cerimônias fúnebres. Por que começar esse artigo com o epos grego? Não só por deformação de professora de filosofia. Porque algo emerge, pouco a pouco, desse primeiro canto e primeiro poema do Ocidente, a saber, a certeza que se lembra, se canta e se escreve para não esquecer os mortos. Especialmente os heróis mortos, nesse poema viril e guerreiro; no entanto, como o herói se torna um paradigma da vida que vale a pena ser vivida, a relação entre palavra e memória persiste além da vontade épica. Ela se desdobra na obrigação do túmulo: o cadáver (em grego homérico, *sôma*) não pode ficar sem proteção, entregue aos animais, mas deve ser queimado e, recolhidos os ossos, abrigado num túmulo (*sêma*). A ligação entre somático e semântico surge das belas palavras de Heitor, talvez o mais *humano* de todos os heróis da *Ilíada*, quando no Canto VII propõe um combate singular aos Aqueus. Pede, então, para que seu cadáver seja devolvido à sua família, se ele for morto, e que seja erguido um túmulo a seu inimigo morto, se ele for o vencedor, para lembrar sua glória (*kleos*) no combate.

1 Sófocles, *Antígona*, verso 1030: “tis alkè ton thánaton’ epiktánein?” (tradução pessoal).

2 J.-P. Vernant, *L’individu, la mort, l’amour*.



*são livros sobre as dificuldades  
e a necessidade do lembrar,  
notadamente de lembrar os mortos,  
mesmo aqueles dos quais não  
se sabe se morreram, os desaparecidos;  
e aqueles de cujo nome  
não se consegue lembrar*

À diferença dos bichos, os animais humanos falam, lembram e são enterrados. O poema, túmulo de palavras, e o túmulo de pedras, último signo de uma vida que se foi, se respondem. Não se pode profanar um cadáver, o próprio Aquiles deve obedecer a essa lei e devolver o corpo de Heitor a seu pai. No último canto da *Iliada*, o cadáver de Heitor é levado por seu pai para ser destinado a funerais humanos – e Aquiles deixa de ser um leão selvagem que gostaria de devorar sua vítima, ele volta à humanidade. Alguns séculos mais tarde, contra a vontade do Estado (na figura do tirano Creonte), Antígona lava o corpo do seu irmão, espalha poeira e terra sobre ele para tentar afastar os animais selvagens. Nesse gesto impotente de piedade, ela reafirma que mesmo os inimigos da cidade têm direito a ritos funerários e a um túmulo, que eles não podem desaparecer da memória pelo sumiço de seu corpo.

### Matzeivá/Velório

Em 2011, Bernardo Kucinski, professor aposentado da USP e conhecido jornalista, publica um romance próximo do relato autobiográfico, *K. Relato de uma busca*. Três anos depois, sai um volume de “contos” sobre a mesma temática, *Você vai voltar para mim*. Qual é essa temática? Ambos os livros falam dos mortos, desaparecidos e torturados da ditadura militar no Brasil. Falam também daqueles que lhes sobreviveram.

A personagem principal de *K.* é um velho senhor judeu de origem polonesa, que emigrou para o Brasil e tentou continuar suas pesquisas de literatura e de língua iídiche com alguns amigos em São Paulo. Os protagonistas do livro de contos foram inspirados, entre outros, por relatos ouvidos a partir de narrativas de amigos e por narrativas recolhidas pelas várias Comissões da Verdade que foram surgindo no país.

São livros engajados, mas não dogmáticos. Não são relatos históricos. São livros entre a ficção e o testemunho. São livros sobre as dificuldades e a necessidade do lembrar, notadamente de lembrar os mortos, mesmo aqueles dos quais não se sabe se morreram, os desaparecidos; e aqueles de cujo nome não se consegue lembrar. Kucinski parece retomar a exigência da “memória dos sem nomes” da qual falava Walter Benjamin. Ao mesmo tempo, não há nenhuma complacência com um relembrar choroso. Ao contrário, lembrar-se do passado e ousar agir no presente são duas práticas entrelaçadas. O velho senhor, K., fica estarecido quando percebe que sua filha não lhe telefonava havia dez dias. Bernardo Kucinski descreve, ainda que de maneira ficcional – aliás, como fazê-lo de outro jeito quando alguém desaparece sem deixar nenhum rastro? – o desaparecimento de sua irmã, Ana Rosa Kucinski, professora de química da USP, e do seu marido, o físico Wilson da Silva, cujos corpos nunca foram encontrados; ambos foram vistos pela última vez em 22 de abril de 1974, foram certamente raptados e mortos pela repressão militar, embora nunca tivesse havido nenhum documento, nenhum arquivo, nenhum testemunho a respeito.

K., o pai, percebe com assombro não só a estranha falta de sinal da filha, mas também sua própria falta de presença ao lado dela. Depois da morte da primeira mulher, mãe de seus filhos, casou novamente, mas não parece feliz com a nova esposa que, aliás, não se dá bem com Ana. Mas muito mais do que o segundo casamento, K. descobre o quanto seus estudos de iídiche o afastaram do presente brasileiro e da possível luta de sua filha

contra a ditadura. O traço mais pungente do livro me parece essa confluência, primeiro conflituosa, entre duas memórias: a memória da perseguição dos Judeus, já antes da Shoah na Polônia, depois durante a Shoah na Europa inteira, em que morreram muitos parentes, e a memória do presente, isto é, a reflexão crítica sobre a tomada de poder pelos militares no Brasil, o acirramento da repressão depois do AI 5, o desaparecimento de alguns estudantes, um boato ao qual K., primeiro, não deu a devida atenção. Imerso no cuidado da bela língua morta, do iídiche, K. compreende que não deu ouvidos aos vivos:

E como não perceber o tumulto dos novos tempos, ele, escolado em política? Quem sabe teria sido diferente se, em vez dos amigos escritores do iídiche, essa língua morta que só poucos velhos ainda falam, prestasse mais atenção ao que acontecia no país naquele momento? Quem sabe? Que importa o iídiche? Nada. Uma língua-cadáver, isso sim, que eles pranteavam nessas reuniões semanais, em vez de cuidar dos vivos<sup>3</sup>.

Talvez o iídiche importe mais do que se poderia desprender dessa observação desesperada. Como também importa lembrar todos os perseguidos, judeus, armênios, chilenos, argentinos, a lista não está completa, que pensaram encontrar um refúgio no Brasil e foram perseguidos durante a ditadura. Vladimir Herzog atravessa esse livro entre as linhas da narrativa. Especialmente quando K., depois de um ano do desaparecimento de sua filha, vai até o cemitério israelita do Butantã para pedir a colocação de uma “Matzeivá” – “a lápide colocada no túmulo, em geral um ano após o sepultamento”, diz a nota de pé de página. Vencido, mas não convencido, pelo argumento de K., de que na entrada do cemitério havia uma grande lápide em memória dos mortos do Holocausto, embora não houvesse nenhum corpo ali, o responsável do cemitério pede uma autorização de um rabino. K. escolhe

»  
*também importa lembrar  
todos os perseguidos, judeus,  
armênios, chilenos, argentinos,  
a lista não está completa,  
que pensaram encontrar  
um refúgio no Brasil e foram  
perseguidos durante a ditadura*

um rabino da linha “moderna”, como diz, porque sabe que seu pedido é, no mínimo, estranho. Tão estranho que tem de ouvir uma longa peroração sobre a ausência de corpo e, portanto, a impossibilidade de túmulo.

O narrador observa:

Alguns meses mais e isso mudará, depois que outro rabino, ainda mais moderno, oriundo dos Estados Unidos, oficial na missa ecumênica do jornalista judeu assassinado pelos militares. K. está um pouco adiante do seu tempo<sup>4</sup>.

A alusão à missa por Vladimir Herzog é uma bela homenagem também a Dom Paulo Evaristo Arns, que abriu a Catedral da Sé para uma homenagem a um jornalista judeu, vítima da repressão, e à necessidade de ultrapassar as separações religiosas ou ideológicas na resistência comum contra a ditadura e a tortura. K. não encontra essa abertura no representante de sua religião. O rabino persiste na necessidade do cadáver para autorizar a lápide, como se somente a presença do corpo morto permitisse a memória do vivo:

A falta de lápide equivale a dizer que ela [a filha] não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. [K.] Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos<sup>5</sup>.

3 B. Kucinski, *K. Relato de uma busca*, p. 13-14.

4 B. Kucinski, *op. cit.*, p. 77.

5 B. Kucinski, *op. cit.*, p. 79.



*a falta do elo intermediário,  
do cadáver, repete,  
no drama dos desaparecidos  
das várias ditaduras, a sinistra  
previsão feita pelos responsáveis  
dos campos nazistas  
a Primo Levi*

Lápide como *sêma*, signo do corpo morto e memória do vivo que morreu, mas persiste na lembrança. A falta do elo intermediário, do cadáver, repete, no drama dos desaparecidos das várias ditaduras, a sinistra previsão feita pelos responsáveis dos campos nazistas a Primo Levi<sup>6</sup>, quando, nos últimos dias da Segunda Guerra, isto é, quando se tornou claro que a Alemanha nazista ia ser vencida, os prisioneiros dos campos foram obrigados a desenterrar os milhares de cadáveres de seus camaradas, jogados em valas comuns, para queimá-los em gigantescas fogueiras: não podia sobrar nenhum rastro desses mortos, nem seus ossos, nem seus nomes. Os nazistas prepararam a historiografia negacionista; os militares brasileiros, por sua vez, a impossibilidade de apreensão da verdade, sobretudo da prova da tortura e do assassinato: sem o corpo, como saber com certeza da morte e dos suplícios?

Desolado, K. ainda tenta, como o poeta épico de outrora, compor um livrinho, um folheto, “uma lápide na forma de livro”<sup>7</sup>, para poder lembrar a filha e enviar essa lembrança a amigos e familiares. Recolhe materiais, fotografias, depoimentos das amigas da filha e entrega o material a uma pequena gráfica do seu bairro, que havia pertencido a um velho anarquista italiano. Agora, o filho imprime convites de casamentos e notas fiscais. Aos gritos, recusa imprimir o livrinho sobre a desaparecida, uma subversiva, uma comunista.

Sem gritos, mas com a maioria dos votos e somente dois em branco, a Congregação do Instituto de Química da USP segue o relatório da “comissão processante” da Reitoria da Universidade e demite, 19 meses depois do seu sumiço, a Professora Ana Rosa Kucinski por “abandono de função”<sup>8</sup>.

No seu segundo livro de “ficção”, *Você vai voltar para mim*, publicado em 2014, um dos contos, “O Velório”, retoma a temática do funeral e do corpo morto, do *sôma*. Novamente, temos um pai que quer enterrar seu filho, e, desta vez, o consegue. Seu Antunes é velho, sente sua morte próxima e quer enterrar seu filho antes. Compra um belo caixão, convida todos e todos vêm: os vizinhos, os irmãos e cunhados com respectiva prole, os amigos não mais tão jovens do morto, as solteironas que não mais falam mal do filho morto, no fim, chegam de carro preto “o prefeito Belisário, o delegado de polícia, dr. Costa, e o padre Gonçalves”<sup>9</sup>. O conto parece a crônica de uma pequena cidade interiorana, com lances humorísticos, muitos copos de Guaraná, muitos salgadinhos, um ambiente festivo num velório que reúne *toda a cidade*, como constata, várias vezes e com alegria, o velho pai. O leitor já percebeu, desde o início, que não há ninguém no caixão, somente um paletó e um par de sapatos que pertenciam ao Roberto, o filho desaparecido. Não há corpo, mas há velório e enterro, num gesto bem-humorado e respeitoso de lembrança coletiva – toda a cidade – e solidária com os familiares dos desaparecidos. Gesto utópico num certo sentido porque um dos grandes ardis dos sucessivos governos brasileiros, militares e democráticos, foi ter conseguido restringir o debate sobre os desaparecidos, os torturados e os mortos a uma discussão de casos singulares e individuais, que concernem a famílias enlutadas ou cidadãos revanchistas, que se tenta apaziguar com indenizações. Assim, o país como entidade coletiva que possui um passado comum e, igualmente, um presente e um futuro a serem inventados por todos, é deixado de lado. Em outros termos: a rememoração como ato político não acontece.

Nesse contexto, o conto de Kucinski aponta para algo além da evocação jocosa de uma vida interiorana e mais protegida: para a possibilidade de uma certa alegria se os mortos pudessem ser lembrados por todos.

## Vala comum

Em 2014 foram lembrados os cinquenta anos do golpe militar no Brasil. A maior parte dos desaparecidos durante a ditadura continua sem túmulo e mesmo sem que se saiba se e como morreram. Alguns militares de patente alta morreram e deixam documentos reveladores que jogam uma luz sobre esses mortos sem sepultura. Outros assumem tortura, morte e sumiço de corpos, como o coronel Paulo Malhões em depoimento frio e impactante à Comissão da Verdade do Rio e a vários jornais da cidade. Esclareceu em particular a odisseia do cadáver do deputado desaparecido Rubens Paiva, preso em casa em 20 de janeiro de 1971, torturado e morto, mas cujo corpo nunca foi encontrado. *Et pour cause*: como resume a Wikipédia, o cadáver foi primeiramente enterrado no Alto da Boa Vista, depois desenterrado porque uma estrada ia ser aberta por perto e se temia a descoberta do corpo. Transportado até o Recreio dos Bandeirantes e enterrado na areia, foi novamente desenterrado dois anos mais tarde e levado numa lancha, saindo do Iate Clube

6 Remeto a Primo Levi, *Os afogados e os sobreviventes*: quarenta anos depois de Auschwitz.

7 B. Kucinski, *op. cit.*, p. 82.

8 B. Kucinski, *op. cit.*, capítulo intitulado “A reunião da Congregação”. Ver a esse respeito também o artigo de Álvaro Pereira Júnior, *Folha de S. Paulo*, Caderno E, p. 14, “A dor de não saber”. O instituto pediu desculpas à família de Ana Rosa Kucinski, 40 anos depois de seu desaparecimento. Foi erguida uma escultura em sua homenagem nos jardins do Instituto e a demissão foi revogada.

9 B. Kucinski, *Você vai voltar para mim*, p. 54.

10 Ver o jornal *Folha de S. Paulo* de 23 de abril de 2014, Caderno “Cotidiano”, p. C1.

11 Sobre essa descoberta numa investigação da promotora Eliana Vendradini (Ministério Público de São Paulo), sobre o sofrimento das famílias e sobre o processo que o Ministério Público vai intentar ao Estado de São Paulo, ver o jornal *Folha de S. Paulo*, 22, 23, 27 de abril, 4 de maio de 2014.

»  
*no Brasil de hoje, não desaparecem só os “terroristas” e os “comunistas”. As famílias dos “indigentes sem RG” não são avisadas. Mesmo com corpo presente, o túmulo não traz o nome do morto. Bastaria ele ser pobre? A pergunta não quer calar*

da Urca, e finalmente jogado no mar quando as correntes marítimas estavam propícias. Esse cuidado com o sumiço dos cadáveres é comum a todas as ditaduras do Cone Sul, como se mares e desertos tivessem, em sua beleza, o emblema final da vaidade e da fragilidade da memória.

Outros desaparecidos surgiram e surgem todos os dias: segundo entidades como “Mães da Sé” e a Associação Brasileira de Busca e de Defesa dos Desaparecidos, no Estado de São Paulo hoje desaparecem, em média, 60 pessoas por dia<sup>10</sup>. Muitos morrem de velhice, de doença ou de cansaço, num hospital ou na rua. A maior parte com documento no bolso, o famoso RG, a “identidade”. Mas, quando são pobres, “indigentes” como se prefere dizer<sup>11</sup>, quando ninguém vem reclamar seus corpos no prazo previsto por lei (72 horas depois do óbito), quando os familiares não conseguem orientar-se entre delegacias de polícia, hospitais, IML e svo (Serviço de Verificação de Óbitos) nesses três dias contados, mesmo com “identidade” e números de celulares de amigos e parentes na carteira, os cadáveres vão para os cemitérios da Vila Formosa ou de Perus e são enterrados em covas para indigentes ou em valas comuns. No mesmo cemitério de Perus onde houve também sepultamento de desaparecidos políticos. No Brasil de hoje, não desaparecem só os “terroristas” e os “comunistas”. As famílias dos “indigentes sem RG” não são avisadas. Mesmo com corpo presente, o túmulo não traz o nome do morto. Bastaria ele ser pobre? A pergunta não quer calar.

**Referências bibliográficas**

- Homero (2001). *Iliada*. Trad. Haroldo de Campos. São Paulo: Mandarim.
- Kucinski B. (2013). *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify. [primeira edição esgotada: São Paulo: Expressão Popular, 2011.]
- \_\_\_\_\_. (2014). *Você vai voltar para mim*. Cosac Naify.
- Levi P. (1989). *Os afogados e os sobreviventes: quarenta anos depois de Auschwitz*. São Paulo: Paz e Terra.
- Sófocles. *Antígona* (várias traduções).
- Vernant, J. P. (1989). *L'individu, la mort, l'amour*. Paris: Gallimard.
- Jornal Folha de S.Paulo*, vários números de abril e maio de 2014.

**The indigents of memory**

**Abstract** The article reflects on the importance of funeral rites and tombs as signs of the presence of the dead in living memory. The article attempts to show how this requirement guides the poetic work since the Iliad and how it repeats itself in the painful context of the *disappeared* of the military dictatorship in Brazil, notably analyzing two recent texts, between fiction and testimony written by Bernardo Kucinski. Finally, the question arises as to the manifested neglect in the burial of poor people, that could be easily identifiable, in mass graves, but without communicating to families – that continue for years searching for the *disappeared or missing?*.

**Keywords** missing; tomb; military dictatorship; Bernardo Kucinski.

**Recebido em:** julho 2014.

**Aprovado em:** julho 2014.